

A Coordenadoria Estadual de Defesa Civil — CEDEC apreciou 918 processos, os quais foram objeto de estudos técnicos pelos Grupos de Trabalho Especiais Regionais, constituídos por integrantes das várias Secretarias de Estado, que concluíram pela caracterização dos eventos estudados como de natureza emergente, resultando em transferência de recursos e outras soluções. Considerando que aos municípios competem as primeiras medidas em termos de defesa civil, continuou desenvolvendo intenso trabalho junto às prefeituras, resultando disso a instituição de 33 Comissões Municipais de Defesa Civil — COMDES, sendo certo que, dos 571 municípios paulistas, 482 já estruturaram essas comissões.

Outro empreendimento a destacar, pela sua importância, é a criação e instalação dos Núcleos Comunitários de Defesa Civil — NUDECs nos estabelecimentos da rede oficial de ensino do Estado. São cerca de 4.300 unidades que organizaram esses núcleos, integrados aos já existentes Centros Cívicos, congregando pais, alunos, professores e funcionários do sistema escolar.

Ademais, a CEDEC mantém atividades relacionadas com ensino de defesa civil, tendo realizado cursos que atingiram várias Sub-regiões Administrativas do Estado, além de organizá-los em outras unidades da Federação.

Implantaram-se, ainda, planos específicos de defesa civil (eventos cíclicos) para prevenção, socorro e assistência às populações quando da ocorrência de episódios críticos de poluição do ar; para o controle e combate a incêndios em mata, geada, estiagem e granizo; quando da ocorrência de eventos desastrosos durante o verão; para a assistência e proteção aos indigentes; e finalmente, para o recolhimento de roupas e agasalhos.

ASSESSORIA TÉCNICO-LEGISLATIVA — ATL

No ano de 1981, a Assessoria — órgão diretamente subordinado ao Governador do Estado — prosseguiu no desempenho das funções específicas que lhe são conferidas pela legislação vigente e que compreendem o assessoramento do Governo nos assuntos de natureza legislativa.

No exercício dessas atribuições, de ordem essencialmente técnica, coube à ATL examinar 1.180 indicações e 66 requerimentos de iniciativa do Poder Legislativo, 691 projetos de lei e 48 propostas de Emendas à Constituição do Estado em tramitação na Assembleia Legislativa, bem como 597 autógrafos; elaborou 90 projetos de lei — dos quais 15 complementares —, redigiu 195 mensagens e fundamentou 103 vetos.

Cabe, ainda, registrar, como sempre, a participação da ATL na feitura da mensagem anual encaminhada pelo Governo à Assembleia Legislativa, nos termos do artigo 34, inciso XIV, da Constituição do Estado.

SECRETARIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES

Em 1981 ficou demonstrado o acerto da criação da nova Secretaria. Aprimorou-se a integração Governo e Povo. Foram levados até ele as realizações governamentais e fornecidas à Administração informações precisas sobre as aspirações populares. As campanhas de cunho social foram dinamizadas, não só por iniciativa própria da Pasta, mas também, em cooperação estreita com outros órgãos governamentais.

A Assessoria de Planejamento e Participação coube programar, em colaboração com os demais órgãos da Administração centralizada e descentralizada, os eventos especiais do Governo do Estado; incentivou-se, ainda, a Assessoria Especial, responsável pelo intercâmbio oficial de informações entre o Governo e as entidades oficiais estrangeiras.

Medida também de destaque foi a criação e instalação da Editora de Rádio, com a finalidade de oferecer, a todas as estações de Rádio do Interior do Estado e das diversas unidades da Federação, o mais amplo acesso às fontes de informação social de interesse de governantes e governados.

No âmbito das campanhas de cunho social, a Secretaria prestou ampla colaboração à II Feira Nacional de Artesanato e Comidas Típicas, realizada de 8 a 12 de abril, no Pavilhão de Exposição do Parque Anhembi, que contou com a participação dos Estados e Territórios brasileiros, além do Distrito Federal, sob o patrocínio do Fundo de Assistência Social do Palácio do Governo — FASPG.

A Feira transformou-se em verdadeiro evento cultural, tanto pelas informações que conseguiu transmitir dos usos e costumes dos habitantes dos diversos Estados da Federação quanto por se constituir, sem dúvida, em fator de integração do povo brasileiro.

Cooperou, também, com a "Campanha do Agasalho", lançada em 30 de abril, pelo FASPG, a fim de arrecadar, junto à comunidade, agasalhos, peças de roupa e outros objetos de uso pessoal, para distribuição entre as pessoas carentes.

Cumpram-se outras realizações do FASPG que receberam o apoio e a colaboração da Secretaria: a "Semana da Criança", realizada entre 11 e 18 de outubro, no Parque da Água Branca, visitado, então, por cerca de um milhão de pessoas; o Programa "Pró-Família", que objetiva oferecer educação e saúde à população, desenvolvendo a participação consciente das unidades familiares, mediante informação e orientação quanto à paternidade responsável e ao planejamento familiar; e a Festa de Natal realizada em 13 de dezembro no Estádio Municipal do Pacaembu, buscando oferecer alegria às crianças paulistas.

A Pasta da Saúde, por sua vez, contou com a mais estreita colaboração da Secretaria na campanha de vacinação contra a poliomielite infantil, em suas diversas fases.

As viagens do Chefe do Executivo ao exterior — México e Japão —, eventos de suma importância, não só sob o aspecto da aproximação e do bom relacionamento do povo brasileiro com o daqueles países, mas também por envolverem possibilidades de conclusão de importantes contratos comerciais, com evidentes vantagens para nossa economia, mereceram especiais cuidados da Secretaria.

Durante as viagens, a maior preocupação foi manter contato diário com a Imprensa brasileira, informando-a dos resultados positivos obtidos através das negociações iniciadas e dos contratos firmados com empresários mexicanos e japoneses.

A cobertura que a Secretaria, por meio de sua Coordenadoria de Imprensa, ofereceu à Imprensa paulista e de outros Estados foi completa. Distribuiu, uma ou mais vezes, diariamente, "releases" com informações precisas sobre os acontecimentos de maior relevância, mantendo o povo paulista e brasileiro perfeitamente informados.

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO

Integram a Secretaria de Economia e Planejamento às Coordenadorias de Planejamento e Avaliação, de Programação Orçamentária e a Assessoria de Projetos Especiais, contando ainda com o Grupo Executivo de Proteção ao Consumidor — PROCON e com o Conselho Estadual de Processamento de Dados — CEPD. A nível da Administração Descentralizada, abrange a Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo — PRODESP, a TERRAFOTO S/A — Atividades de Aerolevantamentos, a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados — SEADE e a Superintendência do Desenvolvimento do Litoral Paulista — SUDELPA.

Planejamento e Avaliação

Nessa área de atuação, foi desenvolvida intensa atividade com vistas à elaboração da programação orçamentária de investimentos públicos do Estado.

Dentre os vários estudos e projetos desenvolvidos, registram-se os referentes à Baixada Santista, que visam à institucionalização de um sistema de planejamento integrado; ao problema penitenciário; à localização de balneários marítimos; ao relatório de atividades governamentais, que integra a publicação do Orçamento Plurianual de Investimentos 1982/84; às operações de "leasing"; à discriminação de terras no Vale do Ribeira; à política habitacional; à expansão da rede de serviços de saúde.

Devem ser mencionadas as atividades relacionadas ao Programa de Controle de Poluição Industrial — PROCOP; à Comissão Coordenadora do Sistema Aeroportuário, Terminal de São Paulo — COPASP; às operações de crédito junto ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico — BNDE, para a variante Helvétia-Mairinque, para a implantação de silos graneleiros em Tupã, Avaré e São José do Rio Preto (CEAGESP), e para o Programa de Melhoria de Sementes Básicas e Genéticas (Secretaria de Agricultura e Abastecimento), à atualização de indicadores físicos, financeiros e institucionais das empresas do Estado e à análise dos demonstrativos contábeis dessas empresas; ao Programa de Centros de Convivência Infantil e ao Aglomerado Urbanas na Baixada Santista — AGLURB.

Programação Orçamentária

Desenvolveram-se estudos objetivando o aprimoramento do processo orçamentário, a fim de subsidiar, qualitativamente, as decisões da Administração, quanto à aplicação dos recursos públicos.

Dentre as inovações introduzidas, cumpre destacar o estabelecimento de parâmetros que serviram de referência para a elaboração das propostas orçamentárias setoriais. A definição desses parâmetros foi obtida através do auxílio do "foresight", ou seja, pelo sistema de teleprocessamento de dados que permite uma variedade de relatórios, com opções de cálculo e análise das propostas setoriais, bem como a fixação dos limites.

Outro avanço conseguido foi a implantação do banco de dados para formalização da proposta orçamentária. Esse sistema permite a entrada, a atualização e a consulta das informações, em tempo real, possibilitando maior rapidez e flexibilidade na tomada de decisões.

A integração desses sistemas, aliada a outros trabalhos inovadores, como a descrição do campo de atuação de cada órgão, a respectiva legislação, o resumo e as justificativas de cada subprograma, proporcionou a elaboração da mensagem da Proposta Orçamentária e do Orçamento Plurianual de Investimentos — OPI à Assembleia Legislativa, com maior riqueza de informações, de detalhes e de objetividade, possibilitando melhor avaliação e análise da aplicação dos recursos públicos.

Quanto ao processo de acompanhamento e controle da execução orçamentária, destaca-se o módulo de alterações orçamentárias, em tempo real, que permite acompanhar as solicitações de crédito adicional, as projeções para o encerramento do exercício e a edição das tabelas de minutos de decretos, através do próprio computador.

Além da manutenção do Controle da Execução do Orçamento-Programa — CEOP, do Sistema de Controle e Avaliação Física e Financeira de Obras — CAFFO, dos Controles e Acompanhamentos do Consumo de Gêneros Alimentícios, de Combustíveis e Lubrificantes, foram realizados diversos estudos especiais subsidiando as decisões governamentais.

Projetos Especiais

Dentre os estudos e projetos desenvolvidos nesse setor, merecem realce, na área econômica: estudos sócio-econômicos de diversos países, por ocasião de visitas de autoridades e missões econômicas estrangeiras ao Estado de São Paulo (Canadá, Nigéria, Congo, Itália, México, Estados Unidos e Japão); Poupança e Estratégia Econômica; Sistema Tributário Nacional; Pequenas e Médias Empresas no Japão; Crescimento Populacional e Desenvolvimento Econômico; Informe sobre o Comportamento das Exportações Brasileiras; Variáveis Econômico-sociais — Projeções para 1990; Inflação: Tipos e Mecanismos; Alternativas para a Política Econômica Brasileira; A Questão da Distribuição de Renda; Perfil dos Municípios de São Manuel, Bauru e Marília; Situação Econômica e Social do Estado de São Paulo; Dados Referentes à População e Estrutura de Produção e Emprego na Região Sul; Publicação Promocional sobre o Estado de São Paulo em língua inglesa ("folder"); Aspectos da Política Fiscal e Tributária e os Desequilíbrios Espaciais.

Na área social: Análise Quantitativa e Qualitativa dos Fluxos Migratórios para o Estado de São Paulo; Dívida Social em São Paulo (necessidades nas áreas de educação, saúde e habitação); Brasil: Situação Demográfica — Resultados Censitários; Experiências Internacionais sobre Planejamento Familiar; Uma abordagem Analítica da Reprodução Humana; Programa de Atendimento à População de Baixa Renda na Região Metropolitana de São Paulo; Crescimento Demográfico Mundial (análise do caso brasileiro); Planejamento Familiar — A Perspectiva Feminina e Planejamento Familiar: Migrações, Fecundidade e Planejamento Familiar.

Na área de energia: Conservação de Energia na Indústria (2.ª etapa): Setores de Metalurgia e Carvão; O PROALCOOL e a Expansão da Cultura Canavieira no Estado de São Paulo; O Desempenho do PROALCOOL; A Questão Tarifária nos Transportes Coletivos; Microdestilarias, Biodigestor, Vinhaça e Biofertilizantes; Lixo Urbano da Capital — Produção de Energia Elétrica; Estudo sobre Minidestilarias de Alcool de Mandioca; Impostos Incidentes sobre a Gasolina; Os Projetos e as Metas do PROALCOOL; Eletrotermia: Uma Opção para as Indústrias; Importação de Petróleo — Exportações Brasileiras.

E, na área de planejamento e desenvolvimento urbano e regional, ressaltam-se os seguintes estudos e projetos: "Subsídios Complementares ao Entendimento e Posterior Regulamentação da Lei federal n.º 6.803, de 2 de junho de 1980" (diretrizes para o zoneamento industrial em áreas críticas de poluição); Cubatão, Um Centro

de Indústrias de Base; Programa de Distritos Industriais; Diagnóstico da Baixada Santista e Análise das Possibilidades de Intervenção; Alternativas para o Vale Grande: Versão I, II e III; Projeto de Colonização de Ponte Nova; A Baixada Santista: Análise Preliminar Visando à Proposição de um Plano de Ação; Informe: Considerações sobre os Estudos a serem Realizados pela Academia de Ciências do Estado de São Paulo; As Opções Locacionais da Indústria Manufatureira e a Criação de uma Política de Descentralização Populacional Metropolitana; Programa de Desenvolvimento Agrícola e Mineral do Vale do Ribeira — PRORIBEFIRA; Análise da Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981; Assessoramento ao Comitê Especial de Estudos Integrados da Bacia do Rio Paraíba do Sul; Informe: A Região da Grande São Paulo e o Meio Ambiente; Economia Regional e Urbana e Desequilíbrios Regionais.

Quanto às atividades relativas à cooperação técnica, devem ser mencionadas: análise de projetos elaborados por órgãos do Governo do Estado, visando à cooperação técnica com a Alemanha, França e Japão; Cooperação Técnica Brasil — III Ciclo do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento — PNUD para 1982/86; Cooperação Técnica com Outros Estados da Federação (estudos objetivando ampliar a cooperação cultural, científica e tecnológica do Estado de São Paulo com os demais Estados da Federação).

Por último, como atividade permanente dessa Assessoria de Projetos Especiais, destaca-se a Análise de Conjuntura — diagnóstico mensal da situação econômica do Estado.

Grupo Executivo de Proteção ao Consumidor — PROCON

No decorrer do exercício, o PROCON registrou 9.762 solicitações de consumidores, que se consideraram lesados em seus direitos.

Do ponto de vista jurídico, foram encaminhadas à Procuradoria Geral da Justiça e à Secretaria da Segurança Pública 77 representações, denunciando infrações criminais praticadas contra consumidores.

Em todos os casos, o PROCON, no seu esforço de proteger o consumidor, não se limitou apenas à solução das questões que lhe foram levadas ao conhecimento, mas também dedicou-se, ativamente, ao desenvolvimento de uma série de publicações. Elaboraram-se e publicaram-se 14 trabalhos abordando temas de interesse do consumidor, os quais foram distribuídos gratuitamente e cedidos a associações de classe, jornais e outros órgãos de divulgação.

Além disso, num esforço conjunto com o "IWSB-Institut für Wirtschaft — und Sozialwissenschaftliche Bildung", sediado em Münster, Alemanha Ocidental, e com a Secretaria da Educação do Estado, o PROCON objetiva uma ampla frente de informações aos consumidores.

Conselho Estadual de Processamento de Dados — CEPD

Esse órgão efetuou os seguintes serviços:

1. continuidade da política de centralização, na Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo — PRODESP, da execução dos serviços de processamento de dados técnico-administrativos da área governamental;
2. trabalho de base efetuado junto às universidades e empresas, no sentido de incentivar ou promover a criação de uma política de coordenação global ou plano-diretor, na área de informática, evitando, assim, iniciativas isoladas de contratação de equipamentos e serviços dentro de uma mesma organização;
3. proteção ao fabricante nacional e desestímulo à importação, como critério básico de análise das consultas sobre aquisição de equipamentos;
4. a estabilidade no número de solicitações para aquisição, locação e substituição de equipamentos de processamento de dados pelos órgãos da Administração;
5. cadastro geral das atividades de processamento de dados no Estado, envolvendo 98 entidades técnico-administrativas e 22 técnico-científicas;
6. emissão de 597 pareceres relativos a prestação de serviços de processamento de dados, incluindo contratos e termos de aditamento, retificação e ratificação; aquisição, locação, substituição, complementação, alteração, devolução ou desativação de equipamentos;
7. elaboração de 46 relatórios técnicos, relativos a assuntos apreciados pelo Conselho.

Considerando-se as autorizações concedidas até 10 de dezembro, pelo CEPD, assinala-se que o volume de recursos envolvidos nos contratos de prestação de serviços de processamento de dados, prestados pela PRODESP aos órgãos da Administração, atingiu o montante de Cr\$ 5.300.000.000,00.

Deve-se ressaltar, ainda, a economia de recursos decorrente da atuação do CEPD. Essa economia resulta do fato de os órgãos estaduais terem de submeter, previamente, à apreciação do Conselho, as suas intenções de adquirir equipamentos ou contratar serviços de processamento de dados, acompanhadas de justificativas técnicas e econômicas. Em segundo lugar, assinala-se a atuação do CEPD no sentido de orientar esses órgãos a adotarem soluções mais adequadas às suas necessidades.

Companhia de Processamento de Dados no Estado de São Paulo — PRODESP

A PRODESP, além de dar prosseguimento a inúmeros serviços prestados nos setores fazendário, administrativo, de planejamento, hospitalar, de segurança, educação, saúde e justiça, concluiu, na área de educação, os seguintes sistemas que devem ser realizados: Cadastro de Dados Pessoais "on-line", Levantamento de Materiais Didáticos, Cadastro de Currículos, Distribuição do Livro Didático e Controle e Acompanhamento dos Convênios com as APM para a CONESP.

Cumpram-se, também, os sistemas destinados à SEP: alteração orçamentária; à CEAGESP — Controle de Entrada de Mercadorias; ao BADESP — Plano-mestre de Sistemas de Informação; à Secretaria da Segurança Pública — DETRAN: Controle e Emissão de Multas Pendentes e Central de Microfilmagem; à Secretaria da Justiça e Departamento de Estradas de Rodagem: Controle de Protocolo.

E, na área hospitalar, assinala-se a conclusão dos sistemas destinados:

1. ao Hospital das Clínicas de São Paulo: Cadastro de Fornecedores/Credores; Matrícula, Internação, Informações ao Público, Censo Hospitalar, Informações Gerenciais, Estatística Admi-